

Editorial

A UM PASSO
DA DITADURA

Apesar das lições proporcionadas com frequência pela história política das nações, os povos, também frequentemente, demonstram seu pendor para apoiar governos autoritários, em todas as partes do mundo.

O exemplo agora vem da Turquia, onde o presidente Erdogan conseguiu, em referendo questionável, uma ampliação de seus poderes constitucionais, podendo governar por decreto e dissolver o Parlamento.

A vitória foi apertada, sendo obtida pela validação de votos não autorizados e pelos votos de turcos que moram no exterior. Para o Conselho da Europa, da qual a Turquia faz parte, a disputa foi desigual.

Por isso, a oposição pede a recontagem dos votos ou a anulação do referendo, tornando, caso o resultado seja confirmado, o futuro da Turquia mais inseguro e mais longínquo seu ingresso na União Europeia.

O regime passa de parlamentarista para presidencialista. Erdogan vira chefe de Estado e de governo. O presidente terá o direito de se candidatar mais duas vezes, podendo ficar no poder por mais 12 anos.

Teme-se que tanto poder faça o presidente aumentar a repressão, como vem ocorrendo desde o ano passado, quando uma facção militar tentou derrubá-lo. O golpe frustrado provocou uma reação desproporcional.

Na ocasião, 248 pessoas morreram e 45 mil foram presas. Um expurgo atingiu acadêmicos, professores, servidores públicos, militares, jornalistas, juízes e promotores. Cento e cinquenta jornais foram fechados.

Os novos poderes de Erdogan põem em risco também o acordo com a UE, pelo qual a Turquia contém os refugiados a caminho da Europa ocidental. Sempre visados, os curdos deverão ser perseguidos mais duramente.

Situada entre a Europa e o Oriente Médio, a Turquia se afasta agora da primeira e se aproxima do segundo em termos de padrões democráticos e direitos humanos. Prenuncia-se ali uma ditadura constitucional.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Marina Medioli
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

GERENTE DE ASSINATURA
Fernanda Rodrigues

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Magazine: Milton Luiz

Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla

Política: Ricardo Corrêa

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke

O SAFADÃO
CORTOU O
CABELO!!!QUAL DELES?
TEM TANTOS
QUE É DIFÍCIL
SABER!

DUKE

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatima.oliveira1953@gmail.com

Haverá dia seguinte após
a abolição da Lei Áurea?

A terceirização e a reforma da Previdência na berlinda

Na toada em que o Brasil vai, não é de se duvidar que o que parecia humor político de crítica ao desmonte dos direitos que conferem cidadania a seu povo, poderá concretizar-se. Circulou no Twitter que o atual governo cogitava abolir a Lei Áurea! Era um humor-terror tão surreal que parecia engraçado pelo absurdo que representa, a um ponto que perde para o inferno de Dante Alighieri, na “Divina Comédia”!

Relembro o teor da Lei Áurea: “Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, Declara extinta a escravidão no Brasil.”

A Princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário”.

Em 13 de maio de 2017 – hoje, além do Dia da Abolição da Escravatura, por ter oficializado o fim do cativeiro negro, também é Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo –, a Lei Áurea completará 129 anos. Em 1888, 16 anos após o último Censo do Império (1872), beneficiou 750 mil do total de 1,5 milhão de escravos, pois metade dos escravos eram “forros” por seus próprios meios.

Eis o contexto da oficialidade do fim da escravidão negra: “Exatos 90 dias separam a Lei Áurea do fim do Império e do advento da República, tão insana para negros quanto o Brasil Colônia, que instaurou a escravidão, e o Império e suas leis que impediam o acesso dos es-

cravos à escola: decreto complementar à Constituição de 1824; e à terra: Lei da Terra, de 1850, cuja posse, para negros, só era permitida via compra!” (“Os dias seguintes à Abolição da Escravatura”, O TEMPO, 2008).

Sueli Carneiro, em “A carta da Princesa” (2008), relembra que “três meses após a data dessa carta, a princesa e o imperador foram depostos e desconhecido o destino dos tais fundos. É o Brasil desde sempre”. Acrescenta o conteúdo da carta da princesa Isabel, de 11 de agosto de 1889, para o visconde de Santa Vic-

A mentalidade escravocrata se expressa bem no atual Parlamento, que conta com número expressivo de descendentes de senhores de escravos

tória, que doou mais de 2/3 da venda de seus bens ao Império “para prover condições dignas de sobrevivência e inserção da população ex-escrava na sociedade brasileira: ‘Com os fundos doados pelo Senhor, teremos oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos”.

Percebe-se hoje que a mentalidade escravocrata é arraigada nos meios políticos e se expressa bem no atual parlamento nacional, que conta com número expressivo de descendentes de senhores de escravos. Vide a aprovação da terceirização geral e irrestrita sob a chancela da

Presidência da República e do patronato escravagista para postergar a aposentadoria até a morte, tal como consta no que estão chamando “reforma da Previdência”, que evidencia um retorno ao trabalho vitalício e escravo, um roubo de futuro do nosso povo. As senzalas do patronato desejam mais: o fim da Lei Áurea!

Afrodescendentes constituem mais da metade do povo brasileiro; assim, como seremos expectadores passivos da abolição da Lei Áurea? Lutaremos na companhia de Castro Alves: “Fatalidade atroz que a mente esmaga! / Extingue nesta hora o brigue imundo! / O trilho que Colombo abriu nas vagas, / Como um íris no pélagos profundo! / Mas é infâmia demais! ... Da etérea plaga! Levantai-vos, heróis do Novo Mundo! / Andrada! arranca esse pendão dos ares! / Colombo! fecha a porta dos teus mares!” (“O Navio Negreiro”, Castro Alves, 1869).

Quem sobreviver verá.

DUKE

